

Ata da Décima Primeira Reunião da Câmara Estadual de Compensação Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (CECA/SDS).

Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e doze, na sala de treinamentos do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), com início às quatorze horas e término às dezesseis horas e trinta minutos, realizou-se a Décima Primeira Reunião da Câmara Estadual de Compensação Ambiental (CECA), com a presença dos seguintes participantes: João Rodrigo Leitão dos Reis (SEACA/SDS); Christina Fischer (CEUC/SDS); Marcelo Augusto dos Santos Pinheiro (DJ/IPAAM) e Maria Gorete M. da Silva (DT/IPAAM). O Secretário Executivo da CECA, Sr. João Rodrigo Leitão, iniciou a reunião apresentando o caso da Área de Proteção Ambiental (APA) Guajuma referente a necessidade de adequação do memorial descritivo da Lei de Criação de acordo com o polígono da unidade de Conservação (UC) e correção das informações no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) a fim da UC ser elegível a Compensação Ambiental do empreendimento do Linhão de Tucuruí. Na ocasião informou que foi solicitado ao CEUC através do ofício SDS CECA Nº. 021/2012, de 09 de agosto de 2012, que fossem providenciados os ajustes necessários ao memorial descritivo da Lei Estadual nº. 3.602/2011, ou caso seja viável tecnicamente, a substituição do atual polígono pelo do antigo PAREST Nhamundá (tendo em vista que o memorial descritivo é o mesmo do antigo PAREST) assim como, a inscrição e certificação da UC no CNUC, para que desta forma a APA Guajuma seja elegível como uma das beneficiárias de recursos de compensação ambiental. Em resposta a Sra. Christina Fischer informou que em função da situação detectada o CEUC decidiu por priorizar na compensação ambiental do Linhão de Tucuruí as APA's Nhamundá e Adolpho Ducke. O Secretario Executivo João Rodrigo fez a apresentação dos empreendimentos a serem alvo de fixação, cobrança, destinação e repartição da compensação ambiental, citados na sequência: (1) Ponte sobre o Rio Negro com o processo de Compensação Ambiental Nº. 035.00909.2012/SDS e Licença de Instalação Nº. 198/08 -1ª alteração – IPAAM nesta verificou-se que não consta na referida licença a condicionante de Compensação Ambiental; (2) Porto das Lajes, processo de Compensação Ambiental Nº. 035.00913.2012/SDS e Licença de Instalação Nº. 134/11 1ª Alteração – IPAAM condicionante de Compensação Ambiental Nº. 16; (3) Usina Termelétrica (UTE) de Tefé, Processo Nº. 035.00562.2012/SDS, Licença de Instalação Nº. 200/11 – IPAAM e condicionante Nº. 15; (4) Gasoduto Juruá – Urucu, processo Nº.

34 035.00293.2012/SDS e Licença de Instalação N^o. 181/09 – IPAAM com condicionante N^o. 22; **(5)**
35 UTE de Codajás II, processo N^o. 035.01077.2012/SDS e Licença de Instalação N^o. 115/11 –
36 IPAAM com condicionante N^o. 16; **(6)** UTE de Anamá II, processo N^o. 035.01075.2012/SDS com
37 Licença de Instalação N^o. 142/11 – IPAAM e condicionante N^o. 15; **(7)** UTE de Caapiranga II com
38 processo N^o. 035.01078.2012/SDS e Licença de Instalação N^o. 143/11 – IPAAM com condicionante
39 N^o. 15; **(8)** UTE de Anori II, Processo N^o. 035.01076.2012/SDS e Licença de Instalação N^o. 144/11
40 – IPAAM com condicionante N^o. 15; **(9)** PROSAMIM III – Igarapé São Raimundo, Processo N^o.
41 035.01074.2012/SDS com Licença de Instalação N^o. 074/12 – IPAAM e nesta verificou-se que não
42 consta a condicionante de Compensação Ambiental; **(10)** Linhão Tucuruí (Linha de Transmissão –
43 Silves – Eng. Lechuma – Manaus, Lote C) com processo de Compensação Ambiental N^o.
44 02001.004856/2011-31/IBAMA e N^o. 035.00905.2012/SDS e Licença de Instalação N^o. 739/2010
45 – IBAMA com condicionante N^o. 2.7; **(11)** BR – 317 – AM com processo N^o. 035.01125.2012/SDS
46 e Licença de Instalação N^o. 138/09 – 01 com condicionante N^o. 18; **(12)** BR – 319, neste ainda não
47 constam informações quanto as Licenças e ainda não possui processo de Compensação Ambiental
48 na SDS. Logo após o Secretario Executivo informou que foi solicitado ao CEUC através do ofício
49 SDS CECA N^o. 019/2012 de 08 de agosto de 2012, um relatório técnico contendo as prioridades de
50 atividades para aplicação dos recursos de compensação ambiental para cada uma das UC, geridas
51 ou a serem criadas por este órgão gestor, e um relatório discriminando a situação do Cadastro e
52 Certificação das UC no CNUC. Posteriormente foi discutido e ficou definido pelos membros
53 presentes que os empreendimentos anteriormente citados serão divididos em grupos por ordem
54 cronológica onde serão tratados inicialmente os mais antigos, estes ficarão da seguinte maneira:
55 **2007** – Ponte sobre o Rio Negro; Gasoduto Juruá – Urucu e PROSAMIM III, **2008** – Porto das
56 Lajes e **2009** – UTE Tefé; UTE Codajás II, UTE Anamá II, UTE Caapiranga II, UTE Anori II, UTE
57 Linhão de Tucuruí; BR – 317/AM; BR – 319. Logo em seguida foi discutido os mecanismos para
58 inserção das UC municipais no CNUC para serem beneficiárias dos recursos de compensação
59 ambiental e ficou decidido que na próxima reunião da CECA será solicitado ao CEUC que faça uma
60 apresentação das UC municipais e suas prioridades para aplicação de compensação ambiental, na
61 ocasião foi citado que é um dos encaminhamentos do Fórum Permanente das Secretarias do Meio
62 Ambiente do Estado do Amazonas – FOPES. Além disso, deverá ser apresentado o mecanismo para
63 inscrição e certificação das UC's municipais no CNUC e as atividades necessárias para realização
64 da ação, as quais deverão ser formalizadas junto às prefeituras. Na sequência foram verificadas
65 algumas pendências a serem resolvidas pela CECA, bem como, a necessidade de consultar a titular
66 da SDS sobre a cobrança de Compensação Ambiental que não está constando em nenhuma

2 *Manaus*

67 condicionante da Licença de Instalação da Ponte sobre o Rio Negro, e verificou-se que será
68 necessário a criação de um arcabouço legal para inserção de Compensação Ambiental a
69 empreendimentos que sejam de cunho social-ambiental-paisagístico. Posteriormente foi dado
70 continuidade à apreciação, conclusão aprovação e assinatura do Parecer Técnico CECA SDS N°. 001/2012, de 13/08/2012 e CD Anexo, que apresenta proposta para o Estado do Amazonas sobre a
71 destinação e repartição do recurso de Compensação Ambiental do Empreendimento Linha de
72 Transmissão Oriximiná – Silves – Eng. Lechuma – Manaus, Linhão de Tucuruí - Lote “C”, em
73 relação à decisão do CCAF/IBAMA, explicitada no Parecer Técnico nº. 10/2012/CCAF/GP/IBAMA, de 17/05/2012, e nas solicitações realizadas pelos Ofícios nº. 449 e nº. 450/2012 – CCAF/GP/IBAMA, expedidos em 14/06/2012. Primeiramente o Secretário Executivo da CECA iniciou a leitura da minuta de parecer já elaborada a fim de discutir com os demais as alterações, inserções e exclusões necessárias, em seguida foi feita a conceituação dentro do parecer das categorias de vulnerabilidade das unidades de conservação divididas em alta, moderada e baixa onde os conceitos estabelecidos para cada item foram os seguintes: *(a) Alta - Unidade de conservação ou zona de amortecimento diretamente afetada pelo empreendimento, com ou sem, os instrumentos de gestão (Plano de Gestão-Manejo e Conselho Getor), ou que o empreendimento afete diretamente uma bacia hidrográfica incluída nos limites da UC, destinadas a planejar ocupação territorial, ou proteger regiões florestais representativas no meio urbano e rural; UC incluída no mosaico de UC reconhecidos ou integrem corredores ecológicos ou reconhecidas por títulos internacionais; (b) moderada - Unidade de Conservação ou zonas de amortecimento incluídas no raio de 10 Km do empreendimento, com ou sem, os instrumentos de gestão (Plano de Gestão e Conselho Gestor), cujo UC propicie a proteção de bacia hidrográfica, ou que seja destinada a planejar ocupação territorial, ou proteger regiões florestais representativas no meio urbano ou rural; UC incluída no mosaico de UC reconhecidos ou integrem corredores ecológicos ou reconhecidas por títulos internacionais; (c) Baixa – Unidade de Conservação ou zona de amortecimento acima do raio de 10 Km do empreendimento, com ou sem, os instrumentos de gestão (Plano de Gestão e Conselho Gestor), cuja a UC propicie uma bacia hidrográfica, ou que seja destinada a planejar ocupação Territorial, ou proteger regiões florestais representativas no meio urbano ou rural; UC incluída em mosaicos de UC reconhecidos ou integrem corredores ecológicos ou reconhecida por títulos internacionais.* Em seguida todos os presentes concordaram e definiram a necessidade de uma instrução normativa para regularização destes conceitos estabelecidos e diante disto foi criado um grupo de trabalho – GT para elaboração da minuta desta instrução normativa tendo como integrantes do grupo os seguintes: Dr. Marcelo Augusto dos Santos Pinheiro (DJ/IPAAM); Christina Fischer (CEUC/SDS) e o Sr. João Rodrigo Leitão dos Reis (SEACA/SDS).

101 Dando proceguimento na reunião, foi discutido de acordo com os critérios existentes quais seriam
102 as Unidades de Conservação beneficiadas pela Compensação Ambiental do empreendimento em
103 pauta e suas respectivas justificativas, quanto ao PARNA Anavilhanas foram verificados os itens que
104 o incluíram na Compensação Ambiental, logo após os membros do Colegiado da CECA definiram
105 os seguintes critérios para a repartição (definição do percentual e valor do recurso para cada UC) do
106 recurso de compensação ambiental no valor de R\$ 2.975.000,00 (já excluído o valor de R\$
107 350.000,00 do PARNA Anavilhanas): a) 50% do recurso para as UC inclusas na área diretamente
108 afetada (ADA) do empreendimento independente do Grupo de UC, se de proteção integral ou de
109 uso sustentável; b) Extensão linear da obra inclusa nas UC's; e, c) Proximidade do empreendimento
110 em relação ao entorno ou zona de amortecimento das UC's. Foi gerada planilha discriminando as
111 UCs, distância em relação ao empreendimento, percentual da divisão e valor do recurso. Os valores
112 referentes a Compensação Ambiental foram destinados as seguintes unidades beneficiárias, onde
113 50% do valor do Recurso equivalente a R\$ 2.975.000,00 será destinado as unidades do grupo Área
114 Diretamente Afetada (ADA) do empreendimento, repartidos para as APA's Nhamundá e e Adolpho
115 Ducke, sendo que a APA Nhamundá receberá 35% o que equivale a R\$ 1.041.250,00 e a APA
116 Adolpho Ducke receberá 15% equivalente a R\$ 446.250,00, e a outra metade foi dividida para as
117 UC's no percentual de 100% de R\$ 1.487.500,00 da seguinte forma: RDS Uatumã 35% equivalente a
118 R\$ 520.625,00; PAREST Samauma 35% equivalente a R\$ 520.625,00; RESEC Sauim Castanheira
119 10% equivalente a R\$ 148.750,00 e APA Tarumã – Ponta Negra 20% equivalente a 297.500,00.
120 Ficou definido que o Centro Estadual de Unidades de Conservação – CEUC e a Secretaria
121 Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMMAS serão os responsáveis
122 pela definição da aplicação dos recursos provenientes da Compensação Ambiental do referido
123 empreendimento, onde a CECA irá emitir Ofícios solicitando a estes órgãos que encaminhem em
124 um determinado prazo uma resposta estabelecendo um plano de trabalho quanto a aplicação destes
125 recursos. Dessa forma, o parecer foi aprovado e assinado. Em seguida foi relatado sobre a comissão
126 do IPAAM – Portaria/P/IPAAM/Nº. 144/2011, assinada em 15/08/2011, cujo extrato foi publicado
127 no D.O.E nº. 32.137, Seção Poder Executivo, pg. 5, em 16/08/2011, pela falta de resultados quanto
128 a definição de metodologia para análise do grau de impacto ambiental e respectivo cáculo de
129 valores de compensação para empreendimentos com significativo impacto ambiental, diante disto
130 ficou estabelecido a instituição de um GT para o assunto na SDS visando a elaboração de proposta
131 de metodologia a ser encaminhada ao IPAAM, e ficou decido que será feita uma solicitação ao
132 IPAAM de um parecer sobre o procedimento para chegar ao 0,5% para os empreendimentos em
133 cobrança de compensação ambiental e a atualização da composição da portaria do IPAAM. Em
134 seguida o Secretário Executivo João Rodrigo fez uma breve apresentação do Workshop sobre

135 Compensações Ambientais a ser realizado pela CECA em data ainda não estabelecida, e junto com
136 os demais presentes definiram a pauta da próxima reunião da CECA a ser realizada em 30 de agosto
137 de 2012 com os seguintes temas: (1) Gasoduto Juruá – Urucú; (2) UTE Tefé; (3) Mecanismos para
138 inserção das UC municipais no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) para
139 serem beneficiárias de recursos de compensação ambiental; (4) Apresentação de Procedimentos
140 para ser aplicado na repartição de recursos de compensação ambiental entre as UC beneficiárias; (5)
141 Workshop sobre Compensações Ambientais no Brasil – Tarefas: Definição dos participantes para o
142 evento, definir a data e o número de participantes. Dessa forma, agradeceu a presença de todos e
143 assim finalizou a reunião. Eu, Vanessa Cunha Silva, Secretária da Reunião, após aprovada lavrei e
144 assinei a presente ATA, que incorpora, como anexo, a lista com as respectivas assinaturas de todos o
145 membros presente.

146
147
148
149
150



Vanessa Cunha Silva
Secretária da Reunião



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

11ª REUNIÃO DA CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL - CECA

Data: 13 / 08 / 2012 (Terça-Feira);

Horário: 13:30 às 16h30;

Local: Sala de Treinamento do IPAAM.

ASSINATURA

1 - Centro Estadual de Unidades de Conservação – CEUC/SDS:

N.	Técnico	M.	Assinatura
01	Tatiana Schor	T	
02	Francisco Pinto dos Santos	S	p/p. Christina Fischer

2 – Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM:

N.	Técnico	M.	Assinatura
01	Maria Gorete Mello da Silva	T	
02	A designar.	S	
03	Sérgio Martins D'Oliveira	T	
04	Gerson Oliveira da Silva	S	
05	Fábio Rodrigues Marques	T	
06	Marcelo Augusto dos S. Pinheiro	S	

3 – Secretaria Executiva Adjunta de Compensações e Serviços Ambientais – SEACA

N.	Técnico	M.	Assinatura
01	José Adailton Alves	T	
02	Assunção Pereira de Oliveira	S	
03	João Rodrigo Leitão dos Reis	T	
04	A designar.	S	

M. = Membros.